



**CCDR**  
ALENTEJO

# Boletim Trimestral 20



**Alentejo Hoje**

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional







A inovação social consiste no desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas da sociedade, com impacto positivo superior às soluções existentes, tendo em conta o custo de oportunidade dos recursos utilizados, constituindo-se assim como um elemento fundamental para a melhoria do dinamismo e da sustentabilidade da economia social e de maior eficácia das políticas públicas que promovem o bem estar da sociedade no seu conjunto.

# Ficha Técnica

## Propriedade

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193  
7004-514 Évora  
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562  
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

## Director

- Roberto Pereira Grilo

## Director Executivo

- Figueira Antunes

## Concepção Gráfica e Paginação

- Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

## Colaboradores internos

- Amável Candeias
- Carlos Almeida
- Teresa Godinho

## Colaboradores externos

- CIMLT - *Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo*
- Henrique SimSim - *Polo de Inovação Social do Alentejo*
- Instituto Politécnico de Beja
- Sérgio da Cunha Oliveira - *Director-geral da Associação Portuguesa de Indústria Aeroespacial*

## Edição

Março 2016

## Capa

Lezíria do tejo

## Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

# Índice

## 5 Nota de Abertura

## 6 Conjuntura Regional

## 10 Temas em destaque

CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo - Lezíria 2020

## 16 Potenciais Impactos dos Sistemas de Incentivos do QREN nas empresas do Alentejo

## 24 Perspetiva 2020

Polo de Inovação Social do Alentejo

## 30 Instituto Politécnico de Beja

## 36 Cluster Aeronáutico





## Nota de Abertura

O Boletim “Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” vai na sua 20ª edição, prosseguindo o seu papel de veículo de divulgação de temáticas relevantes para o desenvolvimento do Alentejo, seja mediante conteúdos da responsabilidade da própria CCDR, seja mediante a colaboração externa de diferentes entidades e atores regionais.

A Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, na rubrica TEMAS EM DESTAQUE, apresenta-nos de forma sintética os desafios de desenvolvimento económico e social daquele território no horizonte de 2020, no quadro da sua Estratégia de Desenvolvimento Territorial, em que o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão, no montante 43,5M€ de fundos comunitários contratualizados com as Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo, do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de recursos, do Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego e do Programa de Desenvolvimento Rural 2014 – 2020, visam fundamentalmente promover o empreendedorismo e o apoio ao emprego, a melhoria da rede de equipamentos sociais, a aprendizagem ao longo da vida, o combate ao abandono escolar e a modernização dos serviços municipais.

Ainda na rubrica TEMAS EM DESTAQUE, com o Título – “Potenciais Impactos dos Sistemas de Incentivos do QREN nas empresas do Alentejo”, faz-se uma análise das candidaturas aprovadas nos sistemas de Incentivos, destacando-se os 1125 projectos aprovados, com um volume de investimento associado de 1,7MM€, com impactos expetáveis diferenciados em termos de inovação, dinamização económica e emprego nos diferentes concelhos do Alentejo.

Na rubrica “PERSPECTIVA 2020” contamos com artigos de três entidades externas, cuja colaboração se agradece, em temáticas muito relevantes e atuais para o desenvolvimento económico e social do Alentejo, como sejam o conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a inovação como chave para a competitividade, o desenvolvimento do cluster aeronáutico como actividade de futuro e a inovação social como elemento para melhores respostas sociais ■

**Roberto Pereira Grilo**

*Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (em regime de substituição)*



## Conjuntura Regional

O comportamento do mercado do trabalho face à escassez de emprego tem não só impacto económico, mas também social e emocional. As problemáticas sociais e económicas da região, relacionadas com a situação do mercado de trabalho, tornam a análise das tendências do emprego/desemprego fundamentais para a compreensão da conjuntura regional.

Assim, os dados disponíveis relativamente a estes indicadores, revelam que em Dezembro de 2015, a taxa de emprego na região se manteve igual à do período homólogo do ano anterior, mas baixou em 1,4% face ao 3º trimestre. Por outro lado, a taxa de desemprego, apesar de ter baixado em 8,3% face ao período homólogo, aumentou 12,7% face ao trimestre anterior. A população desempregada e a desempregada inscrita nos serviços de emprego, têm tendências idênticas – baixaram relativamente ao período homólogo (-10,7% e -3,9%, respectivamente) e subiram relativamente ao trimestre anterior (+12,4% e +4,5%, respectivamente). A população empregada tem também vindo a revelar uma tendência decrescente nos dois períodos de referência, assim como a população activa que só inverte a tendência (muito ligeiramente), quando comparada com o último trimestre (variação de +0,1%)

**Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 4º Trimestre de 2015**

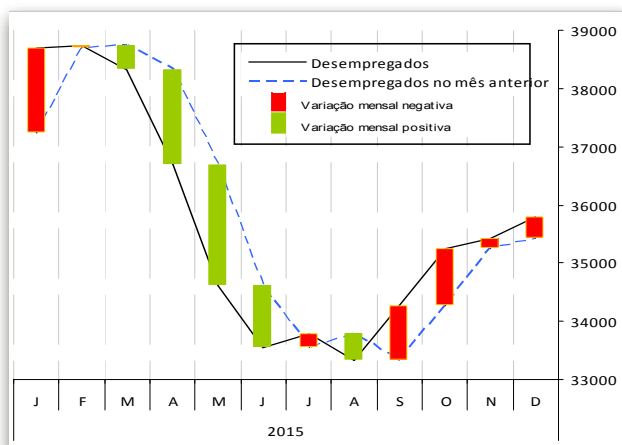
Indicador	4º Trimestre 2015	3º Trimestre 2015	4º Trimestre 2014	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Taxa de Emprego (%)	47,7	48,4	47,7	0,0	-1,4	INE
Taxa de desemprego (%)	13,3	11,8	14,5	-8,3	12,7	INE
População desempregada (Milh.)	46,1	41	51,6	-10,7	12,4	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego	35787	34258	37227	-3,9	4,5	IEFP
População empregada por conta de outrem (Milh.)	301	305,9	305,1	-1,3	-1,6	INE
População activa (Milh.)	347,2	346,9	356,7	-2,7	0,1	INE

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego;

A tendência da evolução da taxa de desemprego e da população desempregada, acaba por ser confirmada pela tendência do número de desempregados inscritos nos serviços de emprego, ao longo do ano.



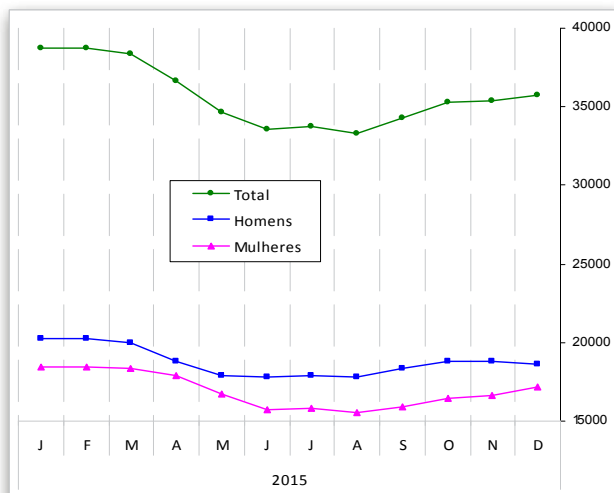
### Desempregados inscritos nos Serviços de Emprego / Variação mensal - Alentejo 2015



Fonte: IEFP

Se se verificar a evolução da mesma variável, no mesmo período (ao longo do ano de 2015), por sexos, conclui-se que o número de homens desempregados, inscritos nos serviços de emprego, supera o número de mulheres.

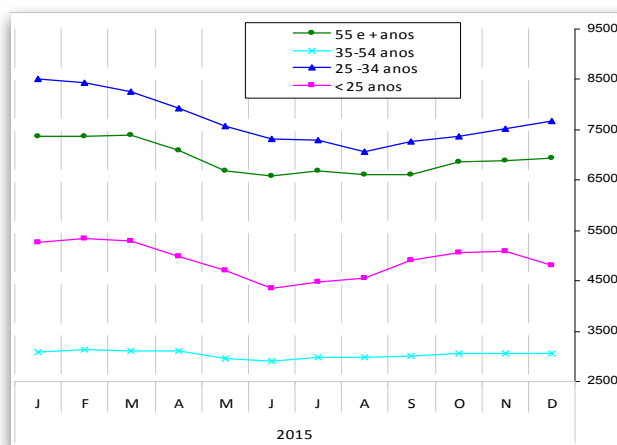
### Desempregados inscritos nos Serviços de Emprego / Distribuição por Sexos - Alentejo 2015



Fonte: IEFP

Ainda sobre a evolução do número de desempregados inscritos nos serviços de emprego, mas tendo em conta os grupos etários, verifica-se que o grupo etário onde há maior número de inscritos é entre os 25 e os 34 anos, com ligeira tendência decrescente, seguido do grupo com 55 e mais anos. Por sua vez, o grupo etário com menor número de inscritos, e estabilizado, é o grupo entre os 35 e os 54 anos. O grupo de inscritos com menos de 25 anos é o que revela maiores oscilações na sua tendência.

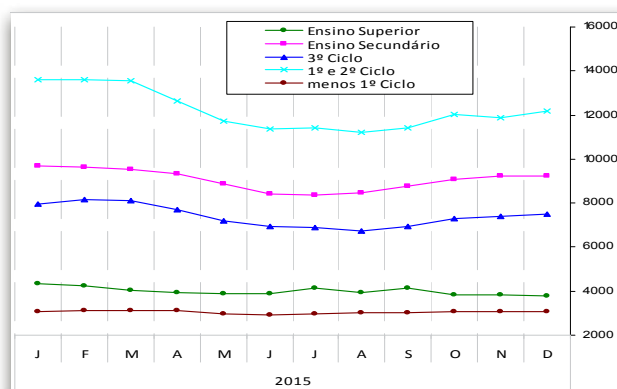
### Desempregados inscritos nos Serviços de Emprego / Grupos etários - Alentejo 2015



Fonte: IEFP

Relativamente às habilitações literárias dos desempregados inscritos nos serviços de emprego, verifica-se que o menor número de inscritos tem menos que o 1º ciclo do ensino básico, seguido dos inscritos com ensino superior, ambos com uma tendência estável. Por outro lado, o maior número de inscritos tem o 1º e os 2º ciclos do ensino básico, com grandes oscilações ao longo do ano, seguido (por ordem decrescente) daqueles que têm o ensino secundário e dos que têm o 3º ciclo do ensino básico.

### Desempregados inscritos nos Serviços de Emprego / Habilitações Literárias - Alentejo 2015

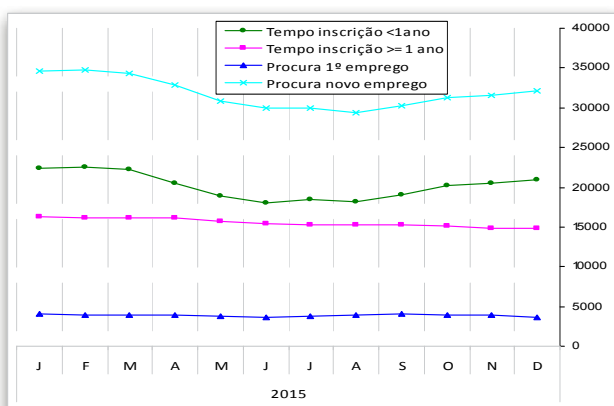


Fonte: IEFP



Quanto ao tipo de desemprego e tempo de inscrição nos serviços de emprego, o número de inscritos há um ano ou mais, é inferior ao número de inscritos há menos de um ano e, por outro lado, o número de inscritos à procura de novo emprego, é superior ao número de inscritos que procuram o primeiro emprego.

#### Desempregados inscritos nos Serviços de Emprego / Tipo de desemprego e tempo de inscrição - Alentejo 2015



Fonte: IEFP



Outro indicador com impacto na economia da região é o volume de crédito concedido pelas entidades bancárias. A tendência decrescente do crédito concedido pelas entidades bancárias, quer às empresas, quer às famílias é comprovada pelos dados do Banco de Portugal, dado verificar-se que quer num caso quer no outro, há uma variação negativa, tanto relativamente ao trimestre anterior, como relativamente ao período homólogo em 2014. Relativamente ao trimestre anterior, as famílias tiveram menos 0,6% do valor de empréstimo concedido e as empresas menos 3,3%.

#### Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 4º Trimestre de 2015

Indicador	4º Trimestre 2015	3º Trimestre 2015	4º Trimestre 2014	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Empréstimo concedido a famílias (10 <sup>6</sup> €)	8643	8698	8821	-2,0	-0,6	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 <sup>6</sup> €)	4419	4568	4613	-4,2	-3,3	BP
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)	794	778	757	4,9	2,1	INE

Fontes: INE - Infoline; BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

O *Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem* tem simultaneamente um forte impacto social e económico. Este indicador revela um aumento de 4,9% e 2,1% face ao período homólogo do ano anterior e face ao 3º trimestre, respectivamente, o que traduz uma situação bastante favorável.



O turismo também é um sector com evolução positiva, demonstrada pela variação do número de dormidas (+12,5%) e dos proveitos (+6,6%), face ao período homólogo de 2014.

#### Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 4º Trimestre de 2015

Indicador	4º Trimestre 2015	3º Trimestre 2015	4º Trimestre 2014	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Turismo: dormidas (nº)	72720	161892	64665	12,5	*	INE
Turismo: proveitos totais (10 <sup>3</sup> €)	4058	8481	3808	6,6	*	INE

Fontes: INE - Infoline,  
\* Variações sazonais

As Exportações de bens das empresas com sede na região, na sua globalidade, revelam uma variação desfavorável, na medida em que há uma variação negativa, quer face ao trimestre anterior, quer ao período homólogo de 2014 (-7,0% e -11,7%, respectivamente). Este decréscimo, deve-se essencialmente à diminuição da exportação de *«produtos minerais»* e de produtos integrados no grupo *«Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras»* e no grupo *«Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa»*, onde a variação no volume de exportações foi significativamente negativa, relativamente a ambos os períodos de referência. O acréscimo de exportações de produtos integrados no grupo de bens *«Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; aparelhos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios»* não foram suficientes para alterar a variação negativa verificada no total das exportações.

#### Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 4º Trimestre de 2015

Indicador	4º Trimestre 2015	3º Trimestre 2015	4º Trimestre 2014	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportações de bens (10 <sup>6</sup> €)	231,0	248,5	261,6	-11,7	-7,0	INE
Importações de bens (10 <sup>6</sup> €)	181,3	200,3	178,6	1,5	-9,5	INE

Fontes: INE - Infoline

Quanto às importações de bens, os dados disponíveis revelam uma variação desfavorável face ao período homólogo (+1,5%), sendo de salientar a variação positiva, neste período, de produtos integrados no grupo *«Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal»*. No entanto, no que se refere à variação face ao 3º trimestre, é de referir a diminuição das importações, registando-se a variação negativa de 9,5%. Se consultarmos os dados desagregados por tipo de bens importados, conclui-se que é nos produtos integrados no grupo *«Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; aparelhos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios;»* onde se regista o maior decréscimo de importações ■

## Temas em destaque



A Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) nasceu das extintas Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT) e Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), tendo sido constituída no dia 22 de Janeiro de 1987.

A área geográfica da CIMLT, com 4 275 km<sup>2</sup>, corresponde à NUT III da Lezíria do Tejo, onde residem 247 453 habitantes (de acordo com os Censos 2011). A Lezíria do Tejo é constituída por 11 municípios: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

## Lezíria 2020 - Os Desafios da Lezíria do Tejo até 2020

No âmbito do Portugal 2020 foi celebrado, no dia 31 de Julho de 2015, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), entre a CIMLT, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, o Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego e o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020.

A celebração do Pacto assegurou a Contratualização de 43.542.421,00€ de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para a Lezíria do Tejo, que irá permitir à CIMLT e aos seus municípios associados realizarem, até 2020, ações e projetos nas seguintes áreas:

- Modernização Administrativa – Reforço das TIC e da infoinclusão;
- Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da Administração Local;
- Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural da Lezíria do Tejo;
- Apoio à criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas inovadoras;
- Qualificação e reforço dos equipamentos sociais e promoção da inclusão ativa, com vista à igualdade de oportunidades e à melhoria da empregabilidade;
- Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais, que contribuam para a redução das desigualdades de saúde e para a melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos;
- Combate ao abandono e insucesso escolar, criação de condições de igualdade de acesso à educação infantil, primária e secundária, e investimentos na educação e formação para aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida;
- Melhoria das condições de suporte ao desenvolvimento das atividades agrícolas e agroindustriais.





## Lezíria 2020 - Enquadramento

O Programa Territorial Integrado “Lezíria 2020” pretende definir a estratégia de desenvolvimento para o território da Lezíria do Tejo, tendo em consideração as especificidades das orientações e regras definidas a nível nacional e comunitário para o próximo período de programação estrutural. O “Lezíria 2020” foi estruturado em quatro eixos estratégicos:

### Eixo 1. Desenvolvimento competitivo da base económica regional

#### 1. Promoção do ordenamento e da eficiência das atividades agrícolas

##### *Medida 1.1. Promover o ordenamento e eficiência das atividades agrícolas*

Os principais resultados esperados são a redução do número de parcelas dispersas, o aumento da área de cada parcela e da área regada por sistemas evoluídos, a adequação da rede de caminhos e a redução do número de baixas elétricas, contribuindo para a valorização e competitividade económica e ambiental do setor agrícola.

### Eixo 2. Promoção da coesão social e da empregabilidade

#### 2. Aprofundamento das condições de fomento da coesão social

##### *Medida 2.1. Promover a inclusão social e a luta contra a pobreza*

Esta medida tem como principais resultados esperados o combate à exclusão social e a promoção da inclusão ativa, e o aumento do conhecimento sobre a realidade social.

##### *Medida 2.2. Aumentar a qualidade de vida das populações*

Aqui, o grande objetivo será adequar e reforçar a rede de equipamentos e as respostas sociais às necessidades existentes, nomeadamente na área do apoio a idosos, infância e cuidados continuados.

##### *Medida 2.3. Melhorar a qualidade e a eficiência do sistema de ensino e combater o abandono e insucesso escolar e promover*

Os principais resultados a atingir são a redução e prevenção do abandono e insucesso escolar, através de intervenções criativas e inovadoras, adequadas a cada contexto escolar, incidindo no desenvolvimento do espírito crítico e criativo das crianças e jovens, no reforço de competências escolares, sociais e relacionais, na oferta de atividades extracurriculares, na promoção de uma maior interligação entre a escola, os pais e a comunidade em geral.

##### *Medida 2.4. Reorganizar e requalificar a rede escolar*

Os principais resultados são o reordenamento e racionalização da rede escolar de ensino básico

e pré-escolar, com a construção de centros escolares de elevada qualidade arquitetónica e funcional, contribuindo para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos e uma maior capacidade de resposta às necessidades das famílias.

### **3. Desenvolvimento de condições de empregabilidade**

#### ***Medida 2.5. Promover a empregabilidade e a apoiar a criação de emprego próprio em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional***

No âmbito desta medida pretende-se conseguir a implementação integrada e articulada de um conjunto de ações que estimule e suporte o aparecimento e crescimento de iniciativas empreendedoras, de autoemprego e de criação de emprego, incluindo as inseridas no domínio da economia social; e o apoio direto aos empreendedores criadores de autoemprego.

#### ***Medida 2.6. Promover o empreendedorismo regional e a criação de emprego em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, incluindo o empreendedorismo social***

Os principais resultados esperados são a dinamização e modernização do tecido empresarial e a criação de emprego, através do apoio a investimento de pequena dimensão, especialmente nos setores tradicionais relacionados com o aproveitamento dos recursos endógenos e a que empreendedores e empresas se poderão candidatar. Adicionalmente, esta medida também contribuirá para o reforço das condições de acolhimento de iniciativas empresariais de pequena dimensão.

## **Eixo 3. Requalificação e sustentabilidade territorial**

### **4. Desenvolvimento sustentável do território**

#### ***Medida 3.1. Promover uma economia com baixas emissões de carbono, perspetivando a eficiência energética e as energias alternativas***

Esta medida tem como objetivo a redução do consumo de energia da Administração Local, incluindo a introdução de boas práticas, de soluções de racionalização energética e de sistema de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes limpas, quer nos edifícios e equipamentos, quer no sistema de iluminação pública, reduzindo os custos energéticos e aumentando os níveis de conforto, qualidade e segurança.

#### ***Medida 3.2. Melhorar a capacidade de resposta dos serviços de proteção civil***

Os principais resultados esperados são contribuir para aumentar a capacidade de gestão e resposta dos serviços de proteção civil em situações de grande sinistro ou catástrofe, através do apoio a ações que permitam operacionalizar as ações previstas nos Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil, em áreas como a redução do risco de incêndios florestais, a prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações e os instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação.

#### ***Medida 3.3. Utilizar racionalmente os recursos regionais, promovendo a adaptação às alterações climáticas***

Os principais resultados desta medida são reforçar a capacidade de adaptação e resposta da sub-região às alterações climáticas.

#### ***Medida 3.4. Melhorar os níveis qualitativos e quantitativos no domínio da gestão de resíduos***

Aqui, os objetivos a alcançar são a melhoria dos níveis de reciclagem e de outras formas de valorização de resíduos urbanos, nomeadamente através do incentivo da população à adoção de boas práticas de gestão de resíduos, nomeadamente na prevenção e redução da sua produção, bem como na deposição seletiva adequada dos resíduos recicláveis.

### **5. Valorização e preservação do património cultural e natural**

#### ***Medida 3.5. Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural***

Os principais resultados esperados são potenciar as condições de visitação e usufruto dos recursos











naturais e culturais da região, afirmando turisticamente a marca Ribatejo, através de ações de conservação, proteção e valorização do património e da sua promoção externa, melhorando a atratividade turística.

## Eixo 4. Governação estratégica e eficiência da Administração Pública

### 6. Modernização e eficiência da Administração Pública

#### *Medida 4.1. Promover a eficiência das administrações e dos serviços públicos*

Os principais resultados esperados são a maior proximidade, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos aos cidadãos e empresas, através do acréscimo e integração dos serviços oferecidos online e do estímulo à utilização das TIC, e o aumento da eficiência do funcionamento interno dos serviços da Administração Local, através da otimização dos recursos e infraestruturas tecnológicas, incluindo a sua maior interoperabilidade e transversalidade.

### “Lezíria 2020” - Objetivos

Objetivos	
<b>Afirmação</b>	<b>Projeção</b>
das potencialidades regionais inimitáveis	nacional e internacional da Lezíria do Tejo
<b>Resolução</b>	<b>Potenciação</b>
das problemáticas da coesão económica, social e territorial	de redes de cooperação para o desenvolvimento regional
<b>Dinamização</b>	<b>Consolidação</b>
das iniciativas de base local	das vocações regionais emergentes
<b>Garantia</b>	<b>Promoção</b>
de condições globais de sustentabilidade	de condições para a inovação
<b>Desenvolvimento</b>	<b>Reforço</b>
urbano e rural adequado às tipicidades territoriais	do capital humano e das competências

### A CIMLT está a trabalhar por uma região...

... **competitiva**, tornando-se num território de referência nacional e internacional no setor agroindustrial, que reconhece e aprofunda a sua vocação produtiva, mas que, simultaneamente, se diversifica para atividades emergentes;

... **fértil** em iniciativas de elevada criatividade, altamente inovadora e com um significativo grau de maturidade empreendedora;

... **de bem-estar**, com altos níveis de coesão e atratividade, que proporciona um vasto leque de oportunidades de desenvolvimento e proteção social às populações;

... **aberta**, porque reconhecidamente cooperante e que se articula com os territórios de proximidade de forma mutuamente vantajosa;

... **competente**, com recursos humanos altamente qualificados e capacitados para responder aos desafios impostos pelo mundo empresarial;

... **sustentável**, de elevada qualidade ambiental e qualificação territorial, conhecida pela afirmação económica e social dos territórios rurais e por um sistema territorial e urbano coeso, moderno e inteligente ■

Artigo da responsabilidade da CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

## Potenciais Impactos dos Sistemas de Incentivos do QREN nas empresas do Alentejo



L'AND VINEYARDS - Aldeamento Turístico das Valadas, concelho de Montemor-o-novo

Os Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas são instrumentos fundamentais das políticas públicas de dinamização económica, designadamente em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento regional.

Neste sentido, a análise das candidaturas aos Sistemas de Incentivos do QREN pode ser vista como uma forma de avaliar a dinâmica de investimento por parte das entidades privadas. Concomitantemente, este tipo de análise pode ser alargado para avaliar os potenciais impactos que estas candidaturas terão na região, bem como verificar a distribuição territorial dos mesmos.

Deste modo, utilizando a informação fornecida pelo SiQREN relativa às operações aprovadas no INALENTEJO e no COMPETE a 31 de Dezembro de 2014, foi analisado um conjunto de indicadores económicos, tais como: Volume de Vendas e Negócios (VVN), Volume de Vendas e Negócios Internacional (VVNint), Valor Acrescentado Bruto (VAB) e Postos de Trabalho (PT), os quais são retirados das candidaturas aprovadas e que se traduzem em acréscimos potencialmente induzidos pela implementação dessas mesmas candidaturas.

Em termos gerais, à data referenciada para esta análise, na Região Alentejo ao abrigo dos Sistemas de Incentivos encontravam-se em execução 1125 projetos, os quais implicavam mais 1,7 mil milhões de euros de investimento elegível, que pressupunham uma comparticipação de mais de 570 milhões de incentivo comunitário (FEDER). A confirmar-se, a total execução destes projetos iria potenciar a criação de 5110 novos postos de trabalho e acréscimos de VAB acima dos mil milhões de euros e de Volume de Vendas e Negócios acima dos 3 mil milhões de euros e de Volume de Vendas e Negócios Internacionais próximos dos 2,5 mil milhões de euros.

No que respeita aos indicadores analisados e relativamente à sua distribuição pelos concelhos do Alentejo, o cálculo de Índices de Gini, revelou a existência de valores muito elevados deste Índice, compreendidos entre 0,67 para os Postos de Trabalho e 0,76 para o VVNint, que indiciam uma grande



concentração de valores nos concelhos onde os indicadores escolhidos assumem maior expressão. Desta forma, o que se verifica em termos concretos, no caso da criação de Postos de Trabalho é que 10% dos concelhos concentram 51% dos postos de trabalho a criar. Já no que se refere a Volume de Vendas e Negócios 10% dos concelhos acumulam 61% do acréscimo previsto, o mesmo se passando com o VVNint, no qual os mesmos 10% registam 64% do acréscimo previsto, assim como, com o VAB, relativamente ao qual, uma vez mais, 57% do acréscimo previsto está concentrado em 6 (10%) dos concelhos.

Para complementar estas análises, foram calculadas correlações entre os valores dos indicadores utilizados neste estudo e os valores do investimento previsto concluindo-se que havia uma correlação elevada entre os valores dos indicadores por concelho e os valores do investimento.

**Quadro 1 – Coeficientes de Correlação entre os Indicadores e o Investimento Total**

	Postos Trabalho	Volume Vendas e Negócios	VAB	Vol. Vendas e Neg. Internacional
<b>Coeficiente de Correlação</b>	0,690	0,794	0,708	0,787

Os valores obtidos permitem afirmar que os valores dos indicadores variam diretamente com o investimento, ou seja, tendem a ser maiores à medida que aumenta o investimento.

Contudo, há que ter em consideração que os impactos mais significativos nem sempre ocorrem onde se concentram valores mais elevados, pelo que se considera ainda que também há interesse em avaliar onde é que os potenciais impactos irão ser mais significativos, relativamente à situação económica que se verifica atualmente. Nesse sentido, para os indicadores anteriormente referidos, relativamente aos quais foram calculados os acréscimos entre a situação pré-projeto e pós-projeto e a partir dos acréscimos resultantes, e com o objetivo de avaliar os impactos locais recorreu-se ao cálculo de Quocientes de Localização (QL) por concelho, os quais serão apresentados nos mapas respetivos.

Vale do Gaio - Actividades Hoteleiras, Lda, concelho de Alcácer do Sal



Relativamente à leitura dos mapas que se apresentam há um conjunto de recomendações que devem ser tidas em consideração. Em primeiro lugar, deve ter-se a noção que os valores dos Quocientes de Localização podem ser influenciados quer pelo numerador quer pelo denominador. O numerador mede o peso que os projetos em execução no concelho, têm no total dos SI regionalizáveis do Alentejo. Estes dados são obtidos diretamente do projeto e como tal, resultam de valores previsionais. Em contrapartida, o denominador mede o peso do concelho na região, no que respeita àquele indicador. A leitura que se pode fazer do mapa é uma indicação dos locais (concelhos) onde o indicador em questão tem mais peso nos SI do que nos valores regionais respetivos, daqui resultando que os SI têm um impacto mais ou menos forte no concelho, consoante o valor obtido para o QL.

Outro aspeto importante a considerar é a possibilidade de haver valores, designadamente os retirados dos projetos, que se encontrem sobrevalorizados, o que pelo exposto vai aumentar os valores dos numeradores e poderá provocar distorção nos resultados.

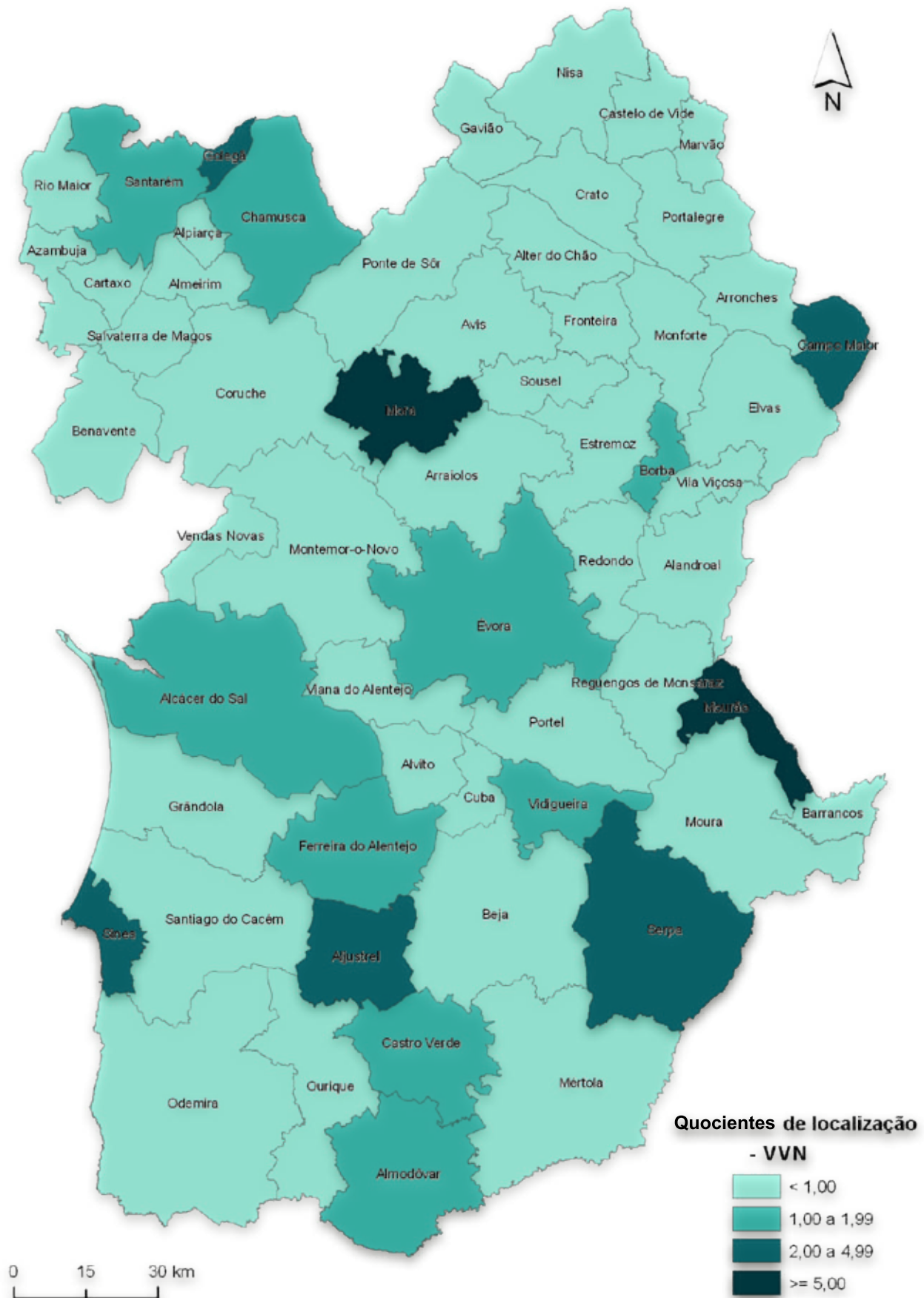
No que respeita ao acréscimo do Volume de Vendas e Negócios (Mapa 1), verifica-se que existem 42 concelhos (72%) nos quais o impacto dos SI é pouco expressivo, ou seja todos aqueles que apresentam valores de QL inferiores a 1. Neste pressuposto nos restantes 16 concelhos (28%) registam-se impactos expressivos, sendo que em dois deles, Mora e Mourão, se observam valores que levam que se considere que a utilização dos SI tem um impacto muito forte neste indicador nesses concelhos. Esta situação, em parte explica-se pelo facto de se tratarem de dois concelhos com pouca expressão ao nível do indicador no contexto regional, o que faz com que a execução de projetos significativos nos mesmos, resulte numa previsão de obtenção de grande impacto local.

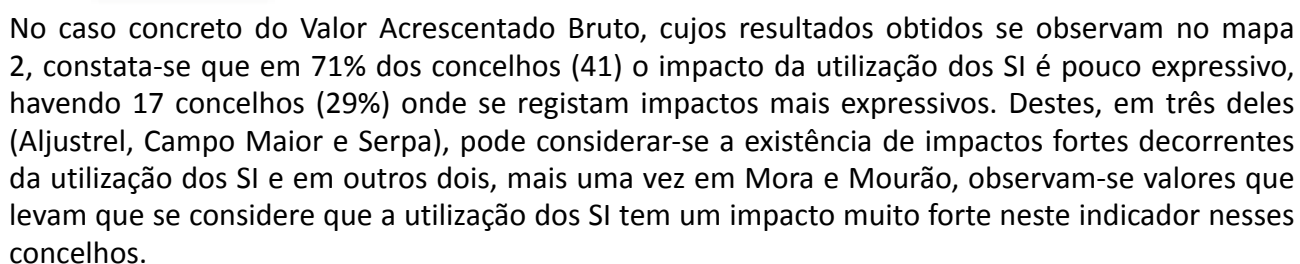
César Castelhão & Filhos, Lda, concelho de Chamusca





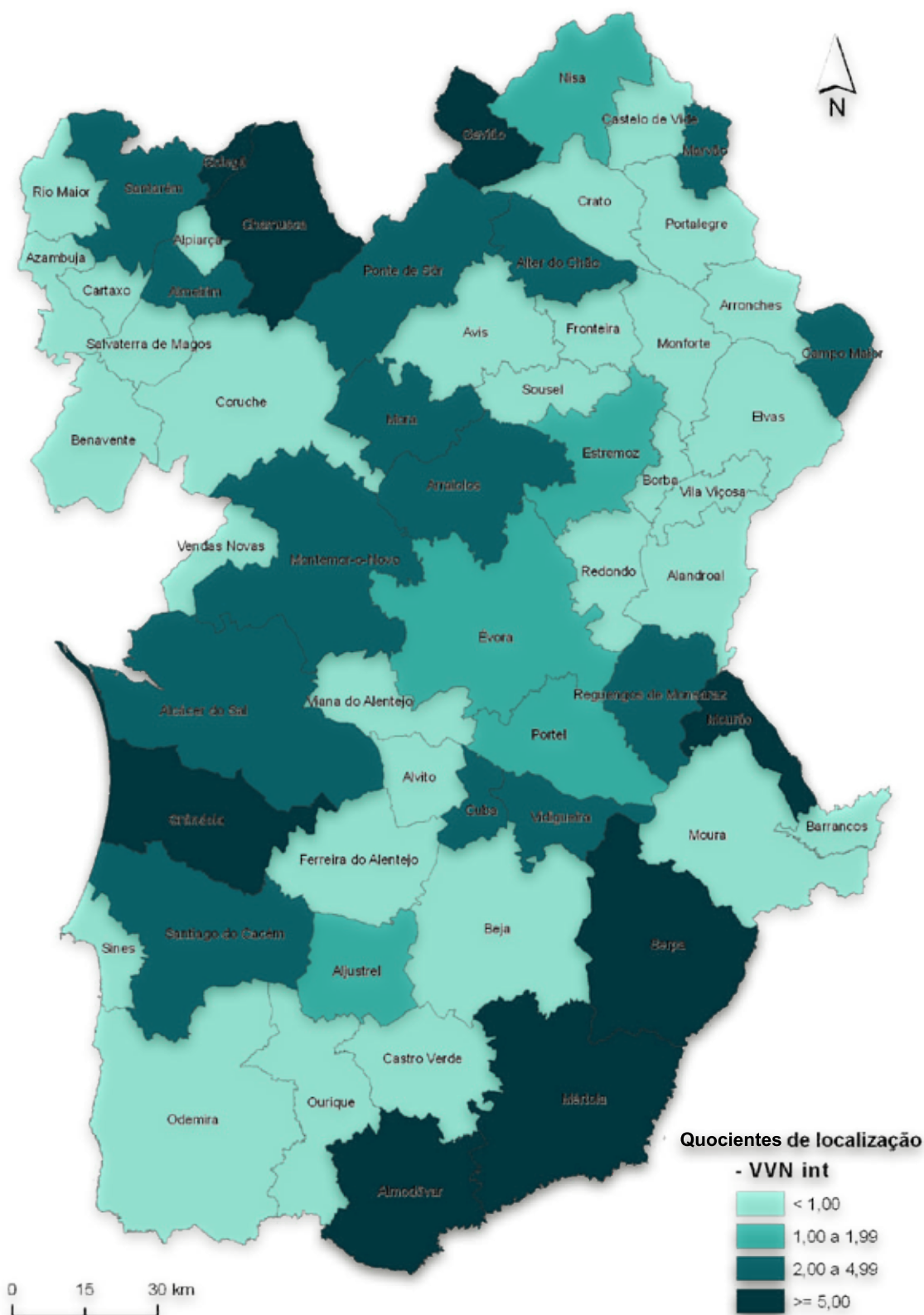
**Mapa 1 – Quociente de Localização relativos ao Acréscimo previsto Volume de Vendas e Negócios (VVN) decorrente da aplicação dos SI nos concelhos do Alentejo**





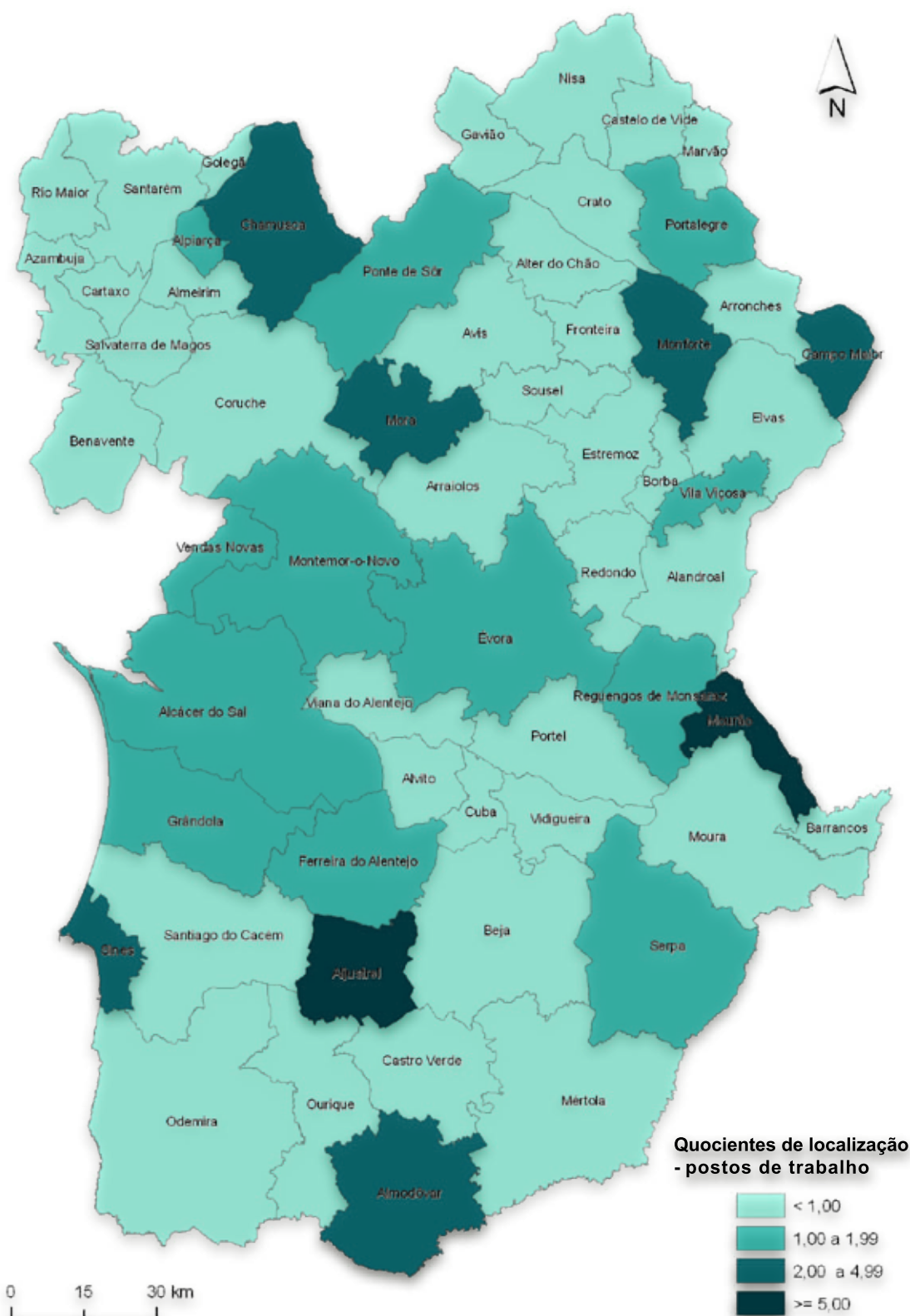


**Mapa 3 – Quocientes de Localização relativos ao Acréscimo previsto Volume de Vendas e Negócios Internacional (VVNint) decorrente da aplicação dos SI nos concelhos do Alentejo**



No caso concreto do Volume de Vendas e Negócios Internacional, verifica-se que existem 29 concelhos nos quais o impacto dos SI é pouco expressivo, havendo 27 concelhos onde se registam impactos expressivos, sendo que em oito deles se observam valores que levam que se considere que a utilização dos SI tem um impacto muito forte nesses concelhos. Aqui, uma vez mais, é de salientar o facto da maior parte destes concelhos não terem expressão regional no que respeita a este indicador, pelo que basta um pequeno acréscimo para que o Quociente de Localização dispare para valores muito elevados.

**Mapa 4 – Quocientes de Localização relativos ao Acréscimo previsto de Postos de Trabalho (PT) decorrente da aplicação dos SI nos concelhos do Alentejo**



No que respeita ao acréscimo de Postos de trabalho, constata-se que existem 38 concelhos (66%) nos quais o impacto dos SI é pouco expressivo, havendo 20 concelhos onde se registam impactos expressivos, com valores de QL superiores a 1. Em seis concelhos registam-se impactos fortes, com QL superiores a 2 e em dois concelhos, Mourão e Aljustrel, observam-se valores de QL muito elevados que levam a que se considere que a utilização dos SI tem um impacto muito forte nesses concelhos.

Em complementaridade a estas análises foram calculadas correlações entre os valores dos



Quocientes de Localização calculados e os valores do investimento previsto e chegou-se à conclusão que praticamente não havia correlação entre os valores dos Quocientes de Localização por concelho e os valores do investimento.

**Quadro 2 – Coeficientes de Correlação entre os QL e o Investimento Total**

	Postos Trabalho	Volume Vendas e Negócios	VAB	Vol.Vendas e Neg. Internacional
<b>Coeficiente de Correlação</b>	0,191	0,191	0,157	-0,044

Os valores obtidos permitem afirmar, que tal como seria expetável, os valores dos Quocientes de Localização não variam diretamente com o investimento, ou seja, além do investimento realizado também estão dependentes do comportamento observado para o indicador no concelho em análise.

A aplicação desta metodologia permite identificar com alguma precisão a preponderância ou não de um determinado indicador num local específico e neste caso concreto conduziu a resultados interessantes do ponto de vista da análise regional. Contudo, os resultados obtidos devem ser lidos com as devidas cautelas e vistos, não como valores absolutos e definitivos, mas sim como expetativas relativamente a potenciais impactos decorrentes da utilização dos Fundos Comunitários ao abrigo dos Sistemas de Incentivos nesta região. Pois como se disse, os valores utilizados são recolhidos das candidaturas aprovadas e como tal em termos perspetivos podem sofrer alterações, mais ou menos significativas, devido à ação de vários fatores. O primeiro dos quais tem a ver com a execução na totalidade do investimento aprovado, o que por razões várias nem sempre acontece. Depois há fatores externos, que dificilmente se controlam, como sejam a valorização dos produtos pelos mercados, o acesso a estes, as variações no crescimento da economia Nacional e Internacional, as externalidades, que isoladamente ou em conjunto podem concorrer para que os impactos potenciais não se concretizem na sua plenitude ■

Fabirés - Produtos Químicos, Lda, concelho de Vendas Novas



## Perspetiva 2020



### Polo de Inovação Social do Alentejo

### Promover o ecossistema de empreendedorismo e inovação social no Alentejo

#### A importância do sector da economia social

Há largos anos que a economia social vem assumindo um papel cada vez mais relevante, e visível, quer a nível nacional, quer a nível europeu, enquanto modelo económico que promove um território mais coeso e mais justo, mas também mais inovador e criativo, contribuindo indiscutivelmente para o emprego e criação de valor.

Segundo dados da Comissão Europeia, a economia social oferece emprego remunerado a entre 11 a 14,5 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 6 a 6,5% da população ativa da UE-27. O setor da economia social caracteriza-se ainda pela heterogeneidade e diversidade de atores, acolhendo cerca de 2 milhões de organizações presentes em praticamente todos os setores da economia, i.e., cerca de 10% do total do tecido empresarial europeu. Estas organizações têm a forma jurídica de associações, cooperativas e mutualidades.

Para além destes valores, realce para o parecer do Comité Europeu das Regiões, publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 10 de fevereiro, que considera que “as instituições e os agentes da economia social têm demonstrado ser resistentes durante a crise, contribuindo para melhorar o bem-estar dos cidadãos e para os manter no mercado de trabalho, não sem grandes dificuldades, mesmo quando outras organizações e empresas não conseguiram fazê-lo”. Mas o parecer vai mais longe, exortando ainda “os Estados-Membros a diligenciarem no sentido de facilitar a atuação desses agentes no mercado, tendo em conta o seu papel na resolução de problemas como o desemprego e a exclusão social”. Outro aspeto fundamental referido neste parecer é “o papel positivo das instituições e dos agentes da economia social no combate ao desemprego e na promoção do crescimento inclusivo e sustentado, especialmente importante nos territórios caracterizados pela emigração, pelo rápido envelhecimento da população, por falta de dinâmicas produtivas e por um débil espírito empreendedor, com especial atenção às zonas rurais”, como é, p.e., o caso do Alentejo.





Em Portugal, e segundo a Conta Satélite da Economia Social publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), este sector representava em 2010 cerca de 2,8% do Valor Acrescentado Bruto nacional e perto 5,5% do emprego remunerado.

No caso particular do Alentejo, considerando a importância relativa deste sector, foi considerado como um dos domínios prioritários a inovação nas organizações da Economia Social na Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo - documento estruturante da estratégia Alentejo 2020, de autoria da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. Este domínio “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social” foi considerado como um sector “emergente”, que se deverá focar na promoção de uma melhor oferta de serviços sociais e suportar a implementação de novos modelos de negócios, com vista à resposta aos desafios sociais; na criação de novas soluções tecnológicas e novos modelos de negócios; na consolidação de uma economia social multidimensional, integrando atividades educativas, inclusivas, regeneração urbana, microcrédito, turismo, saúde e envelhecimento ativo; e na Integração do apoio ao empreendedor e inovação no local de trabalho.



## Inovação Social, de que estamos a falar?

A inovação social consiste no desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas da sociedade, com impacto positivo superior às soluções existentes, tendo em conta o custo de oportunidade dos recursos utilizados. A inovação social é um motor fundamental para a melhoria das respostas a problemas sociais, tanto ao nível do dinamismo e sustentabilidade da economia social como da inovação em políticas públicas. Estão já mapeadas em Portugal mais de 150 iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES) de elevado potencial que necessitam de um ecossistema de apoio e financiamento para crescerem e terem mais impacto.

No Alentejo, no âmbito do Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, promovido pelo IES-SBS e Instituto Padre António Vieira, foram identificadas 1.289 iniciativas de inovação social, das quais 716 foram validadas, 119 aprofundadamente estudadas e 29 reconhecidas como Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social de Elevado Potencial de Impacto, obtendo o selo ES+.

## A Iniciativa Portugal Inovação Social

Em Dezembro de 2014 é constituída pelo Governo de Portugal a Iniciativa Portugal Inovação Social (EMPIS), dotando a mesma da capacidade de mobilizar fundos do Portugal2020 num montante de 150 milhões de euros para promover a inovação e o empreendedorismo social em Portugal e, em concreto, nas regiões menos desenvolvidas de Portugal Continental, nomeadamente Norte, Centro e Alentejo, estando previsto ter membros da equipa sediados em cada região para dinamizar a inovação social e o acesso ao financiamento.

Esta iniciativa parte do reconhecimento do fundamental papel do terceiro setor em Portugal, enquanto empregador, promotor da coesão social e gerador de soluções inovadoras para os problemas sociais, e surge no quadro do Acordo de Parceria Portugal 2020, estabelecido a 25 de julho de 2014, entre o Estado Português e a Comissão Europeia, que identifica a inovação e empreendedorismo social como uma área de aposta fundamental para os fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), em particular para o Fundo Social Europeu.

A Portugal Inovação Social tem como objetivos **promover o empreendedorismo e a inovação social** em Portugal, como forma de gerar novas soluções, numa lógica complementar às respostas tradicionais, para a resolução de importantes problemas sociais; **Dinamizar o mercado de investimento social**, criando instrumentos de financiamento mais adequados às necessidades específicas do setor da economia social e dos projetos de inovação e empreendedorismo social; e **Capacitar os atores do sistema de inovação e empreendedorismo social** em Portugal, melhorando os níveis de resposta das entidades da economia social e contribuindo para a sua sustentabilidade económica e financeira.

Conforme se referiu anteriormente, a Portugal Inovação Social irá assim colocar à disposição do sector da economia social um montante global de 150 milhões de euros que serão distribuídos em 4 instrumentos de financiamento, de acordo com o estágio de desenvolvimento das iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES) portuguesas.

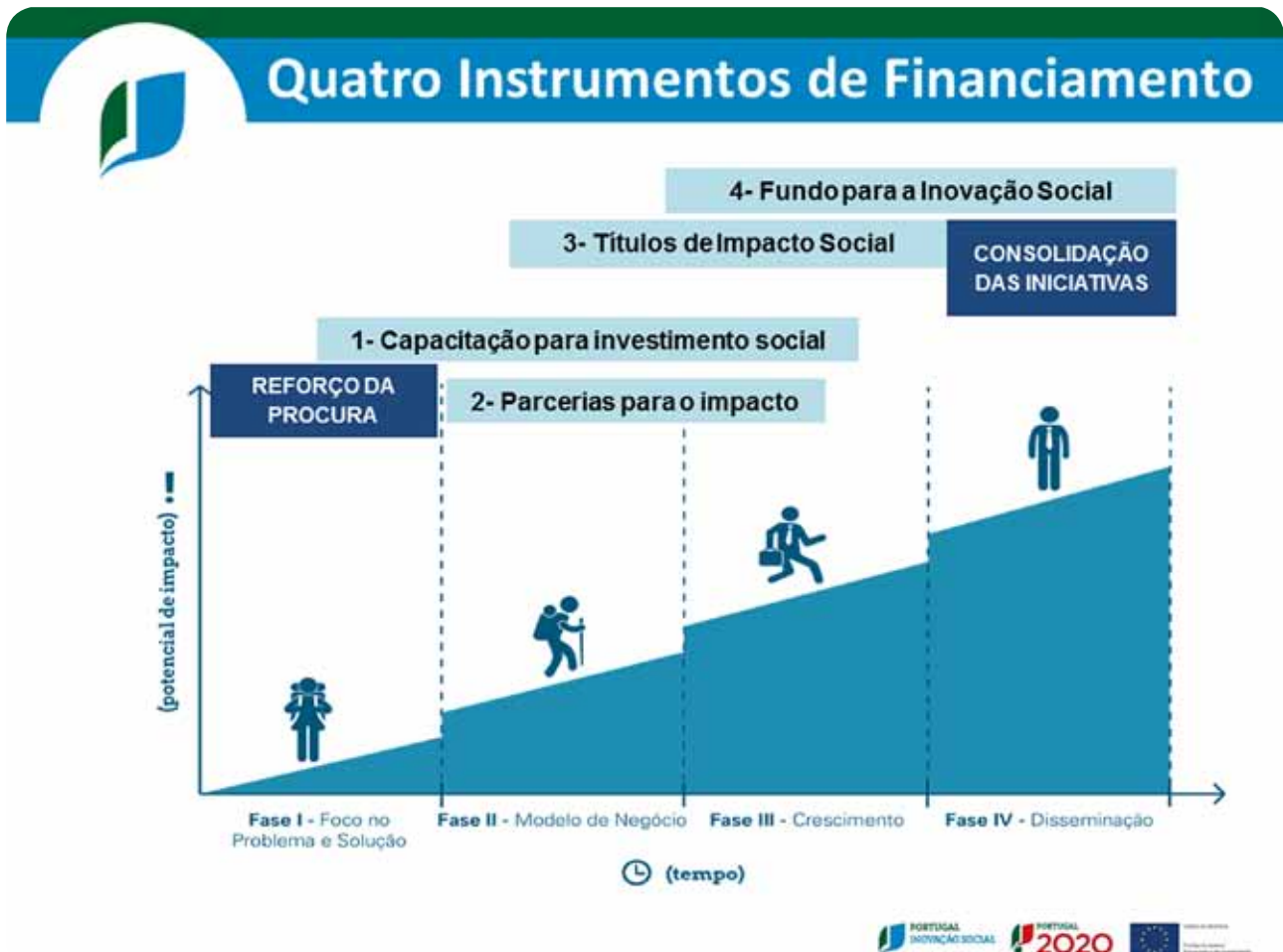
A iniciativa Portugal Inovação Social é liderada por uma comissão diretiva com larga experiência na inovação social, programação de financiamentos europeus e desenho de políticas públicas, sendo presidida pelo Professor Filipe Santos, e como vogais a Dr.ª Carla Pedro e Dr.ª Teresa Bomba.

## Os instrumentos de financiamento da Portugal Inovação Social

Conforme se referiu anteriormente, a Portugal Inovação Social, estruturou os seus instrumentos de financiamento de acordo com o ciclo de vida das IIES, conforme Figura 1. Nesse sentido, foram estruturados 4 instrumentos de financiamento que serão detalhados em fase de Aviso de Abertura de Candidaturas, mas cujas grandes linhas gerais podemos desde já apresentar.

1. **Capacitação para o Investimento Social (15 M euros):** subvenções para capacitar iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES) com elevado potencial de impacto. Este instrumento





é dirigido às instituições da economia social, financiado em 100% dos custos, até montante máximo de 50.000 euros, irá apoiar Planos de Capacitação para o impacto e investimento social que resultem na melhoria na capacidade de gerar impacto e/ou no reforço da capacidade de atrair investimento social. Os domínios de capacitação são: Modelo de Negócio; Avaliação de Impacto, Estratégia, Parcerias e Crescimento; Marketing, Comunicação e Angariação de Fundos; Estrutura, Governação, Liderança e Recursos Humanos; Gestão Financeira, Controlo e Risco; e Gestão de Operações e Tecnologias de Informação.

- 2. Parcerias para o Impacto (15 M euros):** subvenções para cofinanciar os planos de desenvolvimento de iniciativas de inovação e empreendedorismo social, a par com parceiros privados e públicos. Este instrumento, que obriga a existência de um Investidor Social que se comprometa a cofinanciar o plano de desenvolvimento, pode ser promovido por entidades da economia social, promotoras de IIES, bem como consórcios ou parcerias por estes liderados, que podem incluir entidades públicas ou privadas ou replicação da IIES. Está vocacionado para apoiar planos de desenvolvimento que podem consistir num processo de crescimento regional ou nacional para uma IIES que já validou o seu piloto, ou na réplica regional ou nacional de uma inovação social internacional já validada, ou ainda num plano de disseminação ou internacionalização de uma IIES sediada em Portugal.
- 3. Títulos de Impacto Social (25 M euros):** contratualização de resultados de intervenções sociais inovadoras em áreas de intervenção de políticas pública, gerando poupanças públicas e uma base de evidências de validação das inovações sociais. Para esta tipologia, os promotores serão novamente as entidades da economia social, tendo obrigatoriamente como parceiros uma Entidade Pública (sobre a área da qual a IIES irá intervir), um Investidor Social, que irá financiar a intervenção, podendo vir a receber o seu investimento na totalidade, caso a IIES atinja os resultados contratualizados, ou parte desse investimento, se a IIES não atingir em 100% os resultados. A Portugal Inovação Social contratará um Avaliador Independente que avaliará o desempenho, resultados e impacto da IIES. Esta tipologia está vocacionada para Intervenções que



levem a maior inovação e eficiência na prestação de serviços públicos, numa lógica de reembolso dos investimentos após demonstração dos resultados alcançados.

4. **Fundo para a Inovação Social (95 Meuros)**: melhoria das condições de financiamento reembolsável à inovação social através do cofinanciamento a intermediários financeiros como bancos, capitais de risco e business angels que coloquem o seu capital para financiar iniciativas de inovação e empreendedorismo social, resolvendo assim as falhas de mercado já comprovadas por avaliação independente realizada no âmbito do Portugal2020. Dirigido às IIES promovidas por entidades da economia social, este fundo será destinado a **Planos de Consolidação e/ou Expansão das IIES**, a Organizações da economia social que pretendam desenvolver projetos de carácter mais inovador e ao **Financiamento de start-ups sociais** de elevado potencial de impacto social.



## O Polo de Inovação Social do Alentejo

Em 1 de Março de 2016, foi assinado entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, e a Portugal Inovação Social um Acordo de Colaboração para promoção da inovação social no Alentejo, constituindo-se assim o Polo de Inovação Social do Alentejo na região.

Este Polo é um ponto focal para a dinamização da inovação social em articulação estreita com a CCDR Alentejo e as equipas do PO Regional, com vista a potenciar sinergias e alinhamento de estratégia de capacitação e dinamização da economia social e inovação social no território, implementando uma estratégia concertada neste domínio, em áreas onde tal permita criar valor para a região.

A promoção deste ecossistema de inovação social assume-se como um elemento central da atuação da Portugal Inovação Social, procurando estabelecer novas relações e colaborações entre IIES, Entidades Públicas, Academia, Prestadores de Serviços e Investidores Sociais, numa perspetiva de procura de maior sustentabilidade e impacto social.

São também objetivos dos Polos de Inovação Social regionais promover a partilha de informação e conhecimento sobre inovação social, economia social e investimento social, facilitando a colaboração e o trabalho em rede entre os vários agentes do ecossistema, com o objetivo de potenciar a criação de impacto social e de atração de investimento social.

No Alentejo, e conforme já se referiu, o Polo de Inovação Social do Alentejo assume particular relevância pelo facto da Estratégia Regional de Especialização Inteligente e o PO Alentejo 2020, estarem também fortemente alinhados com o tema do empreendedorismo e inovação social ■

### Polo de Inovação Social do Alentejo

**Contacto: Eng.º Henrique Sim-Sim**

**Avenida Eng.º Arantes e Oliveira, n.º 193 | 7004-514 ÉVORA | PORTUGAL**

**(instalações na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo)**

**T (+ 351) 266 740 300 | F (+351) 266 706 562 | TM (+351) 96 152 13 72**

[henrique.simsim@inovacaosocial.portugal2020.pt](mailto:henrique.simsim@inovacaosocial.portugal2020.pt) • [www.inovacaosocial.portugal2020.pt](http://www.inovacaosocial.portugal2020.pt)

*Artigo da responsabilidade do Eng.º Henrique Sim-Sim - Polo de Inovação Social do Alentejo*



## Instituto Politécnico de Beja

Presidência do IPBeja

### A investigação e a inovação como factores de competitividade do Baixo Alentejo

O desenvolvimento de uma região está inextricavelmente ligado ao conhecimento, às aprendizagens e, na verdade, a todas as formas de instrução e intervenção na comunidade que permitam o aumento do *saber fazer*. Pela sua natureza e especial responsabilidade, o ensino superior pode e deve constituir o centro de uma região de aprendizagem dinâmica. Enquanto uma das partes do modelo frequentemente denominado “tripla hélice”, que inclui o ensino superior, as empresas/ indústria e as entidades públicas, o ensino superior público tem uma responsabilidade e uma dinâmica distintas. Esta decorre da existência de um fluxo continuado de alunos que pretende iniciar, ou aperfeiçoar, os seus conhecimentos, frequentemente em áreas fundamentais para o desenvolvimento regional. O Instituto Politécnico de Beja (IPBeja), na qualidade de única entidade de ensino superior público no Baixo Alentejo, tem vindo a assumir uma crescente responsabilidade e intervenção na sua região de influência, procurando, em cada momento cumprir as suas especiais atribuições enquanto entidade do ensino superior politécnico. Nestas, incluem-se entre outras e além dos ciclos de estudos formais, sempre com uma natureza mais prática e aplicada (cursos técnicos superiores profissionais, licenciaturas e mestrados), a realização de investigação, a experimentação, a transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico, bem como a prestação de serviços à comunidade e o apoio ao desenvolvimento.

Pese embora a continuada inexistência de uma política nacional que defina áreas de foco efetivo ou até alguma exclusividade das ofertas formativas em cada região, o IPBeja tem sempre procurado ir ao encontro das necessidades formativas e de desenvolvimento da região em que se insere, ainda que continuamente condicionado por uma política de financiamento dos cursos que é, no essencial, indiferente às especificidades de cada região, nomeadamente à sua demografia e às suas potencialidades e necessidades específicas.

De forma a exemplificar alguma da ação recente do IPBeja no que respeita ao seu contributo para a “aprendizagem dinâmica” da região em que se insere, apresenta-se em seguida, de forma muito resumida, um conjunto de atividades diversas em que o IPBeja esteve e/ou está diretamente envolvido.





Esta elencação exemplificativa, que realisticamente não se pretende exaustiva, cobre algumas das áreas de formação, desenvolvimento e colaboração com a comunidade em que o IPBeja oferece o seu contributo. Mais especificamente, enquadra-se no âmbito do *desenvolvimento experimental e/* ou da chamada *investigação aplicada*, a qual busca a obtenção de novo conhecimento dirigido a um ou mais objetivos específicos.

A colaboração com a comunidade educativa constitui, desde sempre, uma das principais atribuições do IPBeja em geral e da sua Escola Superior de Educação em particular. Um exemplo recente desta colaboração é dado pela **“Promoção do Empreendedorismo nas Escolas do Baixo Alentejo”**, um projeto pioneiro intermunicipal de promoção da cultura empreendedora junto de crianças e jovens em várias escolas (do pré-escolar ao 3.º ciclo) do Baixo Alentejo. O projeto tem como objetivos o reforçar das competências de promoção da cultura e ação empreendedora de educadores, professores, técnicos e crianças/estudantes (do pré-escolar ao ensino secundário), bem como contribuir para o desenvolvimento de ações coletivas que visam preparar as crianças/estudantes, e os respetivos contextos escolares, para a prática de ideias/ações empreendedoras. A ação resulta do trabalho conjunto de uma plataforma alargada dinamizada pelo Instituto Politécnico de Beja, que inclui como parceiros: os Municípios do Baixo Alentejo, a CIMBAL, a ADRAL, as ADL: Alentejo XXI, Rota do Guadiana, ESDIME, ADTR, ADCMoura, ADPMértola, o NERBE-AEBAL, a EDIA, o Centro Educativo Alice Nabeiro, as escolas e os Agrupamentos de Escolas do Baixo Alentejo.

[Mostra Técnica de Cereais - IPBeja](#)



No ano letivo 2014/15, o processo formativo envolveu mais de 600 alunos e 70 professores, técnicos de ADL e dos municípios do Baixo Alentejo. A edição deste ano conta com professores e educadores oriundos dos Agrupamentos de Escolas dos municípios de Serpa, Castro Verde, Aljustrel, Alvito, Mértola, Ferreira do Alentejo e Vidigueira. Até inícios de maio, cada professor e educador irá enriquecer e concluir os projetos, construídos a partir dos desejos e necessidades identificados por crianças e jovens e aplicados à realidade prática de cada território educativo.

Como produtos finais da primeira edição e da edição em curso, resultaram e resultarão vários projetos empreendedores construídos por crianças e jovens aplicados à realidade prática de cada município/contexto escolar (informação disponível para consulta em <http://empreenderescolasbaixoalentejo.blogspot.pt/>).

O Square Kilometre Array (SKA) é um projeto global de ciência e engenharia que pretende construir o maior radiotelescópio do mundo. O SKA está classificado como de alta prioridade no Roteiro de Infra-estruturas de Relevância Estratégica, através de uma nova infra-estrutura **“Enabling Green E-Science for the SKA” (ENGAGE SKA)**. O ENGAGE SKA é constituído pelo Instituto de Telecomunicações, Universidade de Aveiro, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Universidade de Évora e Instituto Politécnico de Beja e é assistido por um consórcio industrial com competências na área das Tecnologias da Informação, Comunicações e Electrónica, Energia e Infra-estruturas, Espaço e Defesa. A indústria Portuguesa desde cedo se associou ao SKA, contribuindo ativamente na procura de soluções avançadas que respondessem aos desafios de engenharia colocados pelo Design do projeto nesta fase de Pré-Construção. O Design do SKA segue os princípios da Engenharia de Sistemas, encontrando-se subdivididos em Sistemas governados por Consórcios internacionais academia-indústria. Durante a fase de Pré-construção, o envolvimento português estende-se a diversas atividades de especificação do projeto. A parte mais diretamente relacionada com o IPBeja inclui a modelação de ecossistemas suportada por sensores remotos e sistemas de informação geográfica que permitirão investigar e minimizar os aspetos relacionados com o impacto ambiental da instalação das antenas e equipamento associado, abrangendo riscos de incêndio, erosão, inundação, etc. Acrescenta-se a utilização de redes de sensores e sistemas de comunicação para a área da agricultura de precisão. O consórcio Português conta com a participação do pólo de competitividade TICE.PT e de empresas como a Active Space Technologies, Critical Software, Martifer Solar, Portugal Telecom, LC Technologies, Coriant, Visabeira, entre outras PME.

Escola Superior Agrária - IPBeja







Escola Superior Agrária / Laboratório de Águas Residuais - IPBeja

O **G-AOC (Georeferenced Airport Obstruction Charts, <http://gaoc.ipbeja.pt>)** é outro projeto com a participação do IPBeja e também da Agência Espacial Europeia, ANA – aeroportos de Portugal S.A. e EDISOFT. Deste resultou já uma patente nacional e outra europeia. Tem por objetivo o desenvolvimento de um processo inovador que permita uma redução significativa do tempo necessário para produzir, atualizar e distribuir *Aeronautical Obstruction Charts* (AOCs) em formato digital, mapas relativos aos obstáculos aeronáuticos em zonas limítrofes de aeroportos.

A gestão de resíduos, é outra área em que o IPBeja tem estado ativo. Em outubro de 2015, terminaram as atividades do **Projeto “ResOrgRisk - Avaliação do risco ambiental da utilização de resíduos orgânicos como corretivos do solo”** (PTDC/AAC-AMB/119273/2010), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e que teve como Instituição Proponente o Instituto Politécnico de Beja. Participaram como parceiros o Instituto Superior de Agronomia, a Universidade de Coimbra, bem como outras Instituições representantes de *stakeholders* nesta área, nomeadamente a AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central, Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, Terra Fértil - Gestão e Valorização de Resíduos, Lda. e Atrairterra Unipessoal Lda. O objectivo deste projeto foi o de avaliar a utilização de resíduos orgânicos como corretivos do solo, evidenciando os seus benefícios e constrangimentos, e enfatizando quais os testes mais fidedignos para serem utilizados na avaliação do risco ambiental da sua aplicação. Com a concretização deste objectivo, pretendeu-se contribuir para a valorização de resíduos orgânicos de uma forma ambientalmente segura, evitando a sua deposição em aterro sanitário, contribuindo deste modo para a concretização das políticas Europeias de “End-of-Waste”.

Em janeiro do corrente ano iniciaram-se as atividades do projeto LIFE14 ENV/PT/000369, **“Management of Biomass Ash and Organic Waste in the Recovery of Degraded Soils: A Demonstration Project Set in Portugal – Life\_No\_Waste”** financiando pela União Europeia e com a duração de quatro anos. Este projeto, de que o Instituto Politécnico de Beja é entidade parceira, é liderado pela Universidade de Aveiro, tendo como outras entidades parceiras a Associação BLC3 - Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, a Empresa de Desenvolvimento Mineiro - EDM, a RAIZ e a Portucel/Soporcel. Os seus objectivos consistem em demonstrar a gestão sustentável das cinzas provenientes da queima de biomassa florestal, combinadas com diferentes tipos de resíduos orgânicos, na recuperação de solos degradados de áreas mineiras, em conformidade com a “Estratégia Temática de Proteção do Solo” da UE, e contribuindo assim para minimizar seus impactos sobre o meio ambiente em prol da “Estratégia temática de Prevenção e Reciclagem de Resíduos” da União Europeia. O IPBeja terá um papel ativo nas ações preparatórias, bem como nas ações de implementação. Crê-se que este projeto é de grande interesse estratégico

para o Alentejo, dada a grande importância da tradição mineira, sendo sede geográfica de diversas minas já recuperadas ou em recuperação.

As águas residuais de queijarias constituem uma das principais fontes de contaminação da indústria de lacticínios devido ao volume produzido (cerca de 5 litros por litro de leite) e às suas características físico-químicas (matéria orgânica, sólidos suspensos, óleos e gorduras, nutrientes e salinidade). Também no âmbito da investigação aplicada com óbvia aplicação regional, o IPBeja, em colaboração com o CEBAL, desenvolveu um **Sistema inovador e patenteado de tratamento de águas residuais de queijarias** por precipitação química básica com simultânea mitigação de CO<sub>2</sub> e biodegradação aeróbia, o qual está patenteado a nível nacional. A água residual tratada é compatível com o uso agrícola, como solução nutritiva, e a produção de lamas, provenientes da precipitação básica, aptas a serem utilizadas como corretivo organomineral. Foram realizados ensaios de Campo no Centro Experimental e no Centro Hortofrutícola da Escola Superior Agrária do IPBeja, em culturas de tomate e alface. O sistema foi já premiado por 5 vezes, a mais recente das quais o Primeiro prémio EMAS Green Project Awards – EDIA, 2015, na categoria Boas Práticas em Alqueva.

Na área da valorização dos produtos tradicionais com DOP, nomeadamente da fileira do queijo Serpa, o IPBeja tem desenvolvido, desde há 25 anos diversos projetos, quer no apoio à comunidade, quer na investigação aplicada. Presentemente, encontra-se registada na Rede Rural Nacional a iniciativa **“SerpaFlora – Valorização da flora autóctone do queijo Serpa”**, que se constitui como um **Grupo Operacional** com o objetivo de valorizar a microbiota do leite cru de ovelha através da caracterização das aptidões tecnológicas queijeiras e consequente utilização na construção de culturas de arranque autóctones especializadas e focadas na qualidade do queijo. Os parceiros deste Grupo Operacional são o IPBeja/ESA (instituição proponente), a ACOS, o CEBAL, o INIAV, a Universidade Católica Portuguesa, a Queijaria Guilherme Unip. Lda, Certis-Controllo e Certificação, Lda, CONSULTAI, Consultoria Agro-Industrial Lda e a Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia [http://rrn.dgadr.pt/pei/iniciativa\\_more.asp?search\\_fd0=152](http://rrn.dgadr.pt/pei/iniciativa_more.asp?search_fd0=152).

Textura do Queijo de Serpa - IPBeja







Análise Sensorial do Pão - IPBeja



Centro Hortofrutícola - IPBeja

No âmbito da Medida 4.1. do PRODER (Cooperação para a Inovação), citamos dois projetos em que o IPBeja foi uma das entidades parceiras: o Projecto **ROTALQ - “Soluções integradas de rotações culturais com viabilidade técnica e económica na área de influência de Alqueva”** demonstrou que é possível conjugar vantagens ambientais e económicas com a adopção de boas práticas agrícolas. Consistiu em avaliar a viabilidade técnica, económica e ambiental de duas rotações culturais de regadio na região do Alqueva, otimizando as culturas da rotação, entre si, e para o agricultor, e comparar os resultados obtidas nas rotações com os da monocultura de milho grão de regadio na região do Alqueva. O projecto **Null-Lox – “Valorização da Produção Nacional de Cevada Dística – Introdução de Variedades Diferenciadas”**, permitiu verificar o efeito da variedade na produção de grão e componentes da produção, bem como no calibre, tendo-se obtido resposta diferenciada aos tratamentos fungicidas em função do genótipo e do local. Foi possível identificar variedades para integrar a lista de variedades recomendadas pela APCV (Associação Portuguesa dos Produtores de Cerveja).

Os exemplos apresentados ilustram diversas contribuições do IPBeja para a investigação e a inovação no Baixo Alentejo, em perfeita sintonia com os princípios constantes no recentemente lançado “Programa de Modernização e Valorização dos Institutos Politécnicos” do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. Nesse âmbito, o IPBeja encontra-se neste momento a preparar candidaturas aos já anunciados concursos públicos de projetos-piloto de I&D. De facto, o IPBeja, que inclui como princípio estatutário específico “Promover uma estreita ligação entre as suas atividades e a comunidade em que se integra.” tem como parte da sua missão a participação em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimentos, assim como de valorização económica do conhecimento científico. É este o caminho que o IPBeja pretende continuar a percorrer, sempre numa lógica de eficiência e eficácia crescentes, de forma a melhor contribuir para o desenvolvimento da região em que se insere ■

*Artigo da responsabilidade do Instituto Politécnico de Beja*

## Cluster Aeronáutico



A importância dos *Clusters* de Inovação tem sido estudada com frequência na literatura recente. Considera-se que os clusters são importantes para o desenvolvimento económico das regiões, no entanto, a sua criação e posterior sustentabilidade não acontece automaticamente. Ela exige uma série de políticas e iniciativas destinadas a incentivar a sua criação e manutenção. No caso particular do sector Aeronáutico, temos ainda de considerar a envolvente socio-económica prevista para este:

1. É conhecida a previsão de aumento da procura do transporte aéreo nos próximos anos, sendo consensual entre os maiores fabricantes, mesmo numa perspectiva conservadora, o duplicar das aeronaves em operação até 2035 bem como a necessidade de renovação das aeronaves existentes;
2. O aumento sem precedentes da procura de novas aeronaves vai obrigar à reorganização das cadeias de fornecimento., também conhecido como “*capacity crush*”, e à entrada de novos “*players*” nas conservadoras e bem estabelecidas cadeias de fornecimento actuais;
3. A crescente globalização conduzirá a uma alteração mundial da relação com o transporte aéreo que induzirá um crescimento ainda maior em tudo o que é ligado ao sector. Estes e outros fatores, levarão a um considerável crescimento das actividades relacionadas com a aeronáutica, fortalecerão as actividades multi-sectoriais, as suas sinergias e aumentarão a procura por todas as actividades de suporte;
4. Existência de um número muito limitado de programas no mundo destinados ao desenvolvimento de construção de novas aeronaves, com elevadas barreiras de entrada a novos concorrentes e desafios cada vez maiores para fornecedores existentes ou que queiram entrar neste mercado.

A criação de Clusters de Competitividade revelou-se importante não só para a geração de emprego e de *spillovers* tecnológicos, mas também para a geração de políticas de desenvolvimento regional, bem como a criação de uma forte infra-estrutura de suporte que permite a alavancagem tecnológica passível de ser rentabilizada por vários sectores e de criar efeitos de retro-alimentação do processo induzindo e multiplicando as condições de fomento da inovação na região, beneficiando a totalidade dos actores regionais à medida que fortalece o *Cluster* que justificou a sua origem. O efeito de arrastamento e desenvolvimento associado é, muitas vezes, dificilmente mensurável à partida, mas sempre existente e marcante.

O sector aeroespacial actua no mercado mundial o que, no caso nacional, requer uma actuação concertada. Isto prende-se com a necessidade de penetração num mercado maduro e estabelecido, de grandes dimensões, em contraste com a dimensão da indústria nacional face à concorrência externa.



No caso português e desde há pouco mais de uma década, os movimentos para criação de um protocluster aeroespacial começaram a tomar forma.

Volvida uma década após as primeiras dinâmicas de associação industrial neste importante sector, temos neste momento condições para afirmar a existência do referido *Cluster* Nacional, com alguns pólos de inovação e de concentração regional de onde o Polo do Alentejo é possivelmente o maior e, indubitavelmente, o de maior crescimento nos últimos anos.

Recorrendo a visões estratégicas e políticas públicas estruturadas, algumas com um longo período de implementação, o sector aeronáutico nacional tem beneficiado de um crescente interesse e atractividade da região para a fixação de um já importante número de empresas e entidades de suporte associadas ao sector.

Um suporte consistente amplamente fundamentado na região, recorrendo a todos os meios de multiplicação de valor – Estratégias de Especialização Inteligente, Políticas de Utilização dos Fundos de Coesão, Apoios regionais e municipais, criação de infraestrutura de suporte e de interesse específico para a acomodação de Inovação – são acções determinantes para a contribuição do sucesso de uma indústria diferenciadora e muito exigente.

Estas acções inserem-se numa lógica nacional de Reindustrialização, com uma oferta especializada e assente em competências de excelências em áreas de ponta como automação, robótica e novos materiais, por sua vez crucial para o crescimento económico do país.

O estabelecimento recente da sede do **AED Cluster – Cluster das Indústrias de Aeronáutica, Espaço e Defesa** no Alentejo vem dotar estas acções de uma dinâmica industrial de consolidação, fundamental para o fortalecimento do cluster emergente.

Este fortalecimento tem-se baseado na dinamização de sinergias entre universidades, escolas profissionais e outros agentes produtores de talento, centros de Investigação e Desenvolvimento como produtores de conhecimento e a Indústria como multiplicadora da Inovação, em conjunto com a vertente de crescimento de uma cadeia de fornecimento altamente especializada mas com pontos de partilha de conhecimento com outros sectores, nomeadamente o Automóvel, Moldes e Ferramentas e TICE.

Vivemos momentos importantes, pois testemunhamos, potencialmente, o aparecimento de algo que nunca foi visto no nosso país – O nascimento de um importante *Cluster* de Competitividade, numa indústria de alta tecnologia e que, apesar da sua juventude, não deixa de acolher já os maiores projetos de investimento direto estrangeiro nesta fase inicial do programa Portugal 2020.

O factor impulsionador – dado pelos investimentos da Embraer em Évora – alcançado e sustentado com decisivo envolvimento político local, o apoio das agências de promoção investimento (Estratégias, Estrutura) em conjunção com a resposta da indústria (competição e cooperação entre empresas) e com o aparecimento ou estabelecimento de sinergias com indústrias conexas (Indústrias de Suporte), faz entender, de acordo com os diagramas clássicos de Porter, que temos reunidas as condições para o estabelecimento e crescimento de um prolífero *Cluster* sectorial numa área de elevado potencial tecnológico e humano.

O futuro a nós pertence. Mas sorte não é factor, a sorte acarreta imenso trabalho. E para isso, trabalharemos. (...) ■

*Artigo da responsabilidade de Sérgio da Cunha Oliveira - Director-geral da Associação Portuguesa de Indústria Aeroespacial*



